

COLONIZAÇÃO E AGRICULTURA NO MUNICÍPIO DE NOVA PALMA-RS

Mário Zasso Marin¹

Meri Lourdes Bezzi²

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho teve por objetivo primordial analisar a imigração italiana no Rio Grande do Sul, precisamente a área que compreende a Ex-4ª Colônia de imigração italiana, na qual o município de Nova Palma se insere. O desenvolvimento da agricultura é enfocado, resgatando as práticas agrícolas dos imigrantes e as atuais. Teve como preocupação também realizar estudos sobre erosão, degradação do solo, modernização no campo e planejamento da propriedade rural, caracterizando os meios alternativos para a produção rural.

A região de enfoque situa-se no centro do estado do Rio Grande do Sul e compreende a 4ª Colônia de imigração italiana, constituída dos seguintes municípios: Nova Palma, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, São João do Polêsine, Silveira Martins, Vale Vêneto (atualmente distrito de São João do Polêsine) e Ivorá. (Figura 1)

A metodologia empregada foi baseada em uma ampla revisão bibliográfica sobre a questão agrária, imigração italiana na região, controle de erosão, plantio direto, conservação do solo e administração da unidade de produção rural. As análises apoiam-se em dados estatísticos de órgãos oficiais como a FEE e FIBGE. Os dados secundários foram obtidos em entrevistas com agricultores, com a Cooperativa, com a EMATER e o Sindicato dos trabalhadores rurais do município.

¹ Acadêmico do Curso de Geografia/UFSM-RS. Bolsista da FAPERGS - BIC.

² Professora do Departamento de Geociências/CCNE/UFSM.

2. ASPECTOS HISTÓRICOS: Resgate

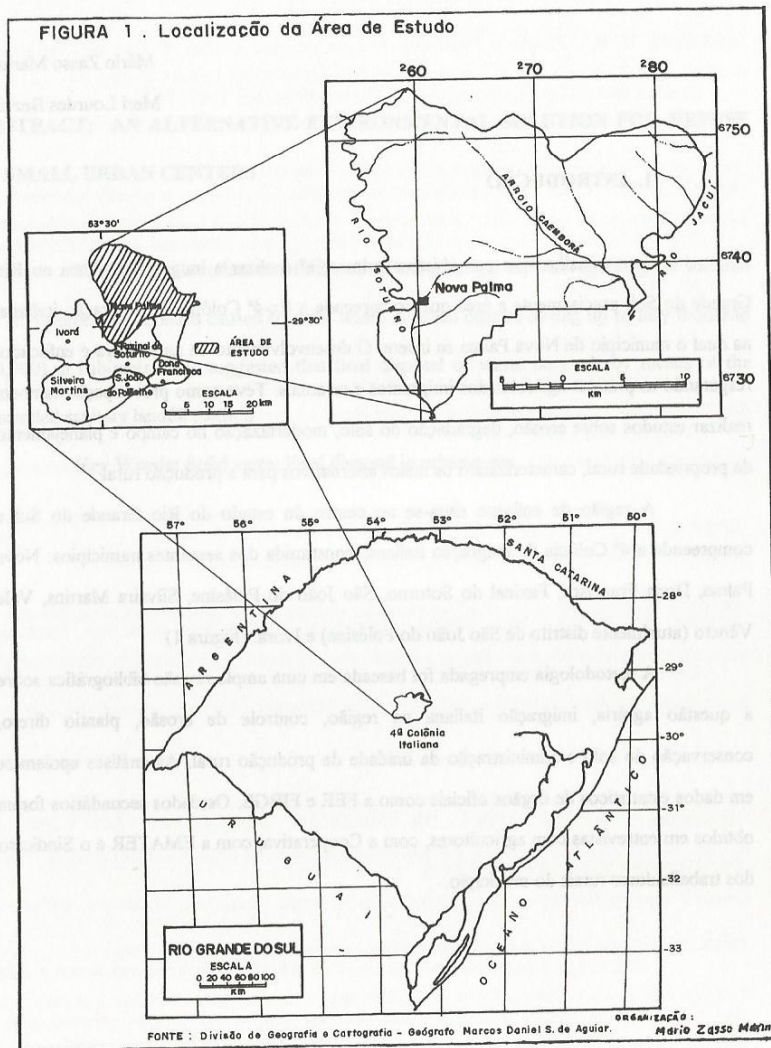
Através do resgate histórico, pode se afirmar que em fins do século XIX, com a unificação da Itália, ela permanece na situação de país agrário, dependente de capital externo, sem recursos minerais como o ferro e o carvão e com uma industrialização modesta, baseada na indústria têxtil. A estrutura agrária era desigual com latifúndios ao sul e centro e pequena propriedade ao norte, onde os italianos trabalhavam em terras arrendadas, sufocados pelos impostos e utilizando métodos de cultivos atrasados. Dentre os vários fatores que explicam a emigração citam-se: esgotamento da terra, desmatamentos, crises agrícolas, política fiscal entre outros. (BONI & COSTA, 1980)

Com a lei de terras de 1850, o produto da venda das terras seriam utilizados para a importação de colonos, brancos e livres. O próprio Governo imperial brasileiro, preferia a imigração européia por ser superior para o trabalho braçal e possuidora de maior desenvoltura. A necessidade de "branqueamento" da população não é descartada dentro da visão do Império. Desta forma, as empresas particulares inicialmente e, companhias de colonização, posteriormente, foram responsáveis pela vinda dos imigrantes

O Rio Grande do Sul no início do século XIX, devido as charqueadas e as atividades agropecuárias, passava por momento econômico satisfatório. Posteriormente, com a venda de escravos para as zonas cafeeiras de São Paulo e o início da urbanização começa a ocorrer delitos e a estruturar-se a Revolução Farroupilha, esboçando-se assim uma fase difícil com redução da mão-de-obra.

Em 1854, o Governo provincial do Rio Grande do Sul, autoriza a compra de terras devolutas do Império para a formação de Colônias.

A partir de 1870 o Império cede a Província, em terras devolutas, duas áreas entre o rio Caí, Campos de Vacaria e no município de Triunfo, onde se formaram as colônias, Conde D'Eu e Dona Isabel, respectivos municípios de Garibaldi e Bento Gonçalves. Em 1875 é colonizado Campo dos Bugres, atual Caxias do Sul. Em 1878, começa a ser colonizada a 4ª Colônia, em Silveira Martins.



O italiano diversificou sua produção em áreas de mata virgem, com poucas vias de acesso e com instrumentos de trabalho básicos como machado, facão e enxada. Produziram inicialmente: abóbora, feijão, milho, batata e mandioca. A produtividade do solo foi abalada devido a derrubada da mata e posterior queima, métodos utilizados para "limpar a área". Inicialmente foi muito utilizado a fertilidade natural do solo sendo em parte, recuperado pelo pousio de 4 ou 5 anos, o qual possibilitava novo crescimento da vegetação.

A modernização no campo a partir de 1970 trouxe várias conseqüências: predomínio da monocultura na produção, descapitalização dos produtores rurais, poluição química, desmatamento, erosão, entre outros. Entretanto, a maior produtividade deu-se com danos a natureza. Atualmente, tenta-se recuperar a agricultura através de sua sustentabilidade, procurando minimizar os efeitos negativos gerados por uma "modernização dolorosa".

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Durante séculos as repúblicas de Gênova e Veneza representaram o poder do comércio entre o oriente e o ocidente. Perderam no entanto, com o decorrer do tempo, essa hegemonia perante a Inglaterra.

Com a perda deste comércio e aumento da população, as dificuldades materiais se agravaram. Ao Norte da Itália, apesar das indústrias em Turim, Milão e Gênova, respectivas capitais de Piemonte, Lombardia e Ligúria, as condições de vida da população também eram precárias. Em 1881, dos 8.550.000 agricultores da Itália, apenas 1/6 possuíam terras. A maior parte das terras eram propriedade dos grandes senhores, uma hierarquia de herdeiros privilegiados num sistema fundiário com características feudais. Estes senhores, arrendavam suas terras aos "Gabelotos", que novamente as arrendavam, dividindo-as em um hectare apenas para cada camponês. Estes ainda deveriam dar 1/3 da colheita ou até mesmo a metade da produção, além de impostos pelo uso da terra. Em muitas regiões como Piemonte, Veneza e Vêneto as técnicas agrícolas, eram remanescentes ao Império romano. O proletariado e o analfabetismo cresciam, bem como a taxa de natalidade. Piemonte, Lombardia e Vêneto contribuíram com 70% do total da emigração legal, isso justificado pelo próprio índice

O italiano diversificou sua produção em áreas de mata virgem, com poucas vias de acesso e com instrumentos de trabalho básicos como machado, facão e enxada. Produziram inicialmente: abóbora, feijão, milho, batata e mandioca. A produtividade do solo foi abalada devido a derrubada da mata e posterior queima, métodos utilizados para "limpar a área". Inicialmente foi muito utilizado a fertilidade natural do solo sendo em parte, recuperado pelo pousio de 4 ou 5 anos, o qual possibilitava novo crescimento da vegetação.

A modernização no campo a partir de 1970 trouxe várias conseqüências: predomínio da monocultura na produção, descapitalização dos produtores rurais, poluição química, desmatamento, erosão, entre outros. Entretanto, a maior produtividade deu-se com danos a natureza. Atualmente, tenta-se recuperar a agricultura através de sua sustentabilidade, procurando minimizar os efeitos negativos gerados por uma "modernização dolorosa".

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Durante séculos as repúblicas de Gênova e Veneza representaram o poder do comércio entre o oriente e o ocidente. Perderam no entanto, com o decorrer do tempo, essa hegemonia perante a Inglaterra.

Com a perda deste comércio e aumento da população, as dificuldades materiais se agravaram. Ao Norte da Itália, apesar das indústrias em Turim, Milão e Gênova, respectivas capitais de Piemonte, Lombardia e Ligúria, as condições de vida da população também eram precárias. Em 1881, dos 8.550.000 agricultores da Itália, apenas 1/6 possuíam terras. A maior parte das terras eram propriedade dos grandes senhores, uma hierarquia de herdeiros privilegiados num sistema fundiário com características feudais. Estes senhores, arrendavam suas terras aos "Gabelotos", que novamente as arrendavam, dividindo-as em um hectare apenas para cada camponês. Estes ainda deveriam dar 1/3 da colheita ou até mesmo a metade da produção, além de impostos pelo uso da terra. Em muitas regiões como Piemonte, Veneza e Vêneto as técnicas agrícolas, eram remanescentes ao Império romano. O proletariado e o analfabetismo cresciam, bem como a taxa de natalidade. Piemonte, Lombardia e Vêneto contribuíram com 70% do total da emigração legal, isso justificado pelo próprio índice

populacional ao norte da Itália, que perfazia 46% do total da mesma. Os problemas a que passaram como fome, fracionamento das propriedades em que trabalhavam e impostos entre outros, demonstram o porquê de 28 milhões de italianos necessitassem migrar de seu país entre 1861 e 1970. O próprio medo da ocorrência de uma revolução socialista implicou no processo emigracionista.

O Rio Grande do Sul não foi, durante mais de meio século, disputa entre portugueses e espanhóis. A possibilidade de contrabando de ouro e prata e a criação de gado começou a se tornar importante a partir do início do século XVII.

O povoamento do Rio Grande do Sul era inicialmente constituído de indígenas: Tupis-Guaranis, Jês e Pampeanos. Após surgiram os aldeamentos de indígenas, formados pelos jesuítas espanhóis, os Sete povos das missões (Portugal) e a Colônia do Sacramento (Espanha) e em 1826 surge a república do Uruguai ao sul do Território brasileiro.

Em 1809, são formados os primeiros municípios sul-riograndense: Porto Alegre, Rio Grande, Santo Antônio da Patrulha e Rio Pardo, totalizando, nesta época, 100 mil habitantes. (BONI & COSTA, 1980)

A grande diferença entre os imigrantes italianos de São Paulo em relação aos do Rio Grande do Sul, reside no fato de que em São Paulo os imigrantes concorriam com os grandes proprietários e estes queriam que os mesmos trabalhassem para eles. No Rio Grande do Sul, não se observou tal fato. Em São Paulo, muitos italianos trabalharam como assalariados e conseguiam saldar suas dívidas de transporte, equipamentos e sementes mais rápido. A ocupação das velhas áreas coloniais do Rio Grande do Sul, Garibaldi, Bento Gonçalves Caxias do Sul e Silveira Martins significava ocupar áreas até então pouco povoadas, o que impedia as possíveis invasões espanholas.

Os primeiros imigrantes que vieram para a colônia Silveira Martins, localizado na região central do Rio Grande do Sul, constituíam-se em 70 famílias vindos em 1877 e, que por uma eventualidade, encontram-se com imigrantes poloneses, que em outubro de 1877, fogem do Barracão de Val de Buia (Silveira Martins) devido uma peste epidêmica, onde posteriormente foi ocupada como acampamento pelos italianos. A mesma peste fatalizou 400 imigrantes italianos.

Após alguns meses, vem a segunda expedição formada por 70 famílias provenientes de Mântua. Em abril de 1878, chegam 50 famílias de Tirol e, em maio do mesmo ano 120 famílias, compondo com isso, as quatro levas que formaram a 4ª Colônia de imigração italiana no Rio Grande do Sul.

A colonização foi realizada por imigrantes Vênetos. Inicialmente chamada de núcleo de Santa Maria da Boca do Monte, foi emancipada com o nome de Silveira Martins no ano de 1882. Foi ocupado três léguas quadradas, com 800 lotes coloniais, em terras devolutas do governo.

De 1884 à aproximadamente 1889, surgiram novos núcleos periféricos devido ao desmembramento da colônia Silveira Martins, por motivos ainda questionáveis em 1886. Um desses núcleos formou-se em 1884 e teve como nome inicial Barracão, passando à Soturno para finalmente chamar-se Nova Palma.

O desmatamento no município de Nova Palma tornou-se intenso nos primeiros anos de colonização. Utilizaram os recursos do solo intensamente. Produziam trigo, milho, abóbora, batata e plantaram árvores frutíferas para o consumo. Já nos anos de 1940 produziam bastante trigo e a terra começou a sofrer pela intensa utilização. Os problemas começaram a ser mais graves com o passar das décadas mas não tão intenso como a partir de 1950, quando a Fundação Rockefeller propõe desenvolver a América Latina na produção de alimentos, principalmente realizando pesquisas com novas variedades adaptáveis de trigo e milho. As indústrias estrangeiras de máquinas, equipamentos e insumos encontraram um bom mercado no Brasil e como não poderia deixar de ser no Rio Grande do Sul.

A partir da década de 1960, é observado no Rio Grande do Sul um processo de modernização no campo. O Governo passou a investir mais no custeio de produtos exportáveis como a soja, em detrimento daqueles que abasteciam o mercado interno, como o milho. A venda de insumos e equipamentos foi aumentando progressivamente causando, apesar do aumento de produtividade, alguns problemas tanto sociais quanto econômicos (TAMBARA, 1983). Dentre eles citam-se: o êxodo rural, provocado pela modernização no campo que expulsa a mão-de-obra pela atração por melhores áreas. O fato foi sentido quando muitos

agricultores da Ex-4ª Colônia rumaram para novas fronteiras agrícolas em Santa Catarina e Paraná. Outros foram, em menor escala, para as cidades.

Outro problema a ser destacado é relativo a produção de alimentos ao qual TAMBARA (1983:37) argumenta da seguinte forma:

"Com a necessidade de se plantar o máximo para garantir o lucro, a pequena propriedade acaba abandonando a lavoura de subsistência. Assim, é comum ver agricultores em supermercados e armazéns no interior, comprando batata inglesa, feijão e farinha de milho, produtos que antigamente eram produzidos por eles em suas propriedades".

A degradação do meio ambiente também é um outro fator a ser analisado. O uso intenso de máquinas agrícolas, insumos e queimadas, provoca a diminuição da fertilidade do solo e modifica o próprio sistema biológico do mesmo. A alta produtividade como se vê, é obtido pelo aniquilamento do solo e contaminação do meio ambiente. Os agrotóxicos são aplicados em maiores doses a cada ano, devido a resistência natural criada pelos organismos contra esses aplicativos, poluindo o meio e o homem. A política agrícola atual, portanto, é dominado pelas indústrias transnacionais de insumos e equipamentos.

Com relação a adubação, pode-se dizer que esta aumentou em princípio a produtividade mas, o solo sem rotação, acabou invalidando a aplicação de insumos. Em todo ano, são perdidos 80.000.000 ton./ano de solo ou 336.000 ha/ano juntamente com todos os insumos aplicados nele (LUTZEMBERGER, 1986). Cada hectare de terra improdutiva significa mais florestas derrubadas para realizar lavouras sem, inclusive, a reposição das árvores derrubadas. Viu-se surgir em várias áreas do Rio Grande do Sul todo o tipo de erosão: laminares, vossorocas e lixiviações.

A erosão do solo se constitui de três etapas básicas: degradação, transporte e deposição. A degradação é a remoção da camada superficial do solo. Já o transporte é o carregamento de solo pela água e por último a deposição, ocorre principalmente em rios, nos seus meandros, favorecendo o assoreamento deste.

Desta forma, a erosão se constitui no principal obstáculo e motivo de preocupações dos agricultores da 4ª Colônia. O sucessivo uso do solo com um mesmo produto, queimadas, desmatamento e atividades agrícolas em áreas muito declivosas ou acidentadas, são alguns fatores que proporcionam o surgimento da erosão do solo.

A utilização de tecnologias inadequada através de máquinas agrícolas com três, quatro ou mais passagens pela mesma área, proporciona compactação do solo. A utilização de uma aração, duas gradagens, plantio e pulverização torna o solo totalmente fragmentado e desprotegido contra as chuvas e pela radiação solar, afetando a microbiologia do solo que é frágil e sensível.

Desde a chegada dos imigrantes para a região de Nova Palma, as queimadas sempre foram frequentes. Ainda hoje se utiliza o mesmo processo, queimando a palha do trigo, azevém ou aveia para facilitar o plantio posterior a essas culturas.

Convém salientar que como o fogo, a estrutura do solo se modifica, esteriliza-se e geralmente enfraquece. A matéria orgânica diminui e os microorganismos que se utilizam desta são destruídos. Com uma temperatura, que junto ao solo chega até 500°C, a umidade fica reduzida em apenas 20%. Devido a evaporação, o solo fica duro ou compactado, diminuindo o volume de poros do solo em até 30%. As bactérias do solo, com uma temperatura de 65°C, morrem. (TESTA, 1983)

O Rio Grande do Sul começou a plantar soja a partir de 1960. Exportava para o mercado europeu onde o mesmo servia de alimentação proteica para os animais.

Com a revolução verde, desenvolvida pela fundação ROCKFELLER em 1943, ocorreu a expansão das pesquisas genéticas com o milho, trigo e arroz. Os países que aderiam à revolução verde eram orientados a utilizar insumos e equipamentos geralmente produzidos pelos países ricos e em especial pelos EUA. Em 1970 criou-se a EMATER e a EMBRAPA, ambas subordinadas aos interesses das transnacionais.

Apesar de seus aparentes objetivos humanísticos, a revolução verde significou mais uma forma de vender bem os produtos ditos modernos mas que aniquilaram o solo onde foram usados indiscriminadamente.

No Brasil, o grupo ROCKEFELLER fundou a CARGIL (pesquisa genética com milho e fabricação da ração), a AGROCERES (pesquisa genética com milho híbrido) e a EMA (equipamentos para a agricultura). A revolução verde expandiu-se para a Ásia, América Latina e Extremo-Oriente.

Com relação a criação da EMATER e da EMBRAPA em 1970, BRUM (1988:49) destaca que:

"Os rumos de orientação geral dessas empresas nacional dependem da natureza do modelo econômico e agrícola e do tipo de suas relações com os centros internacionais de pesquisa".

A Fundação ROCKEFELLER atua no setor financeiro, industrial e petrolífero, é sócio da CARGIL, além da atuação em outros ramos da agroindústria.

O crédito rural ao agricultor é visto nesta análise, como um subsídio do governo, proveniente de empréstimos junto a bancos internacionais. Assim, segundo BRUM (1988:50) é um crédito financeiro "... uma vez que funciona mais voltado para expandir os interesses da indústria do que da agricultura...".

Desenvolvendo a estrutura agrária sem ter, no entanto uma reforma agrária, o Brasil viu ampliar-se os problemas sociais e econômicos. Uma minoria de agricultores se inseriram no sistema de produção empresarial, enquanto os pequenos produtores continuaram sendo marginalizados no processo.

Estando a agricultura brasileira monopolizada pelo capital internacional, segundo BRUM (1988) ela tem duas saídas: a reforma agrária ou a agricultura tradicional. A reforma agrária, diz respeito a reformulação da estrutura fundiária, com redistribuição de propriedades, posse e uso da terra e também a existência de políticas que garantam a expansão agropecuária e a manutenção das famílias rurais no campo. Seu objetivo é melhorar a vida do homem do campo, em relação ao próprio homem, a terra e a propriedade, gerando, com isso, justiça social.

O fracionamento das porções de terra, em decorrência de heranças e também pela quantidade grande em filhos de cada família, fez com que muitos agricultores do município de Nova Palma procurassem novas áreas para realizar o plantio. Outra alternativa foi engajarem-se nos movimentos dos assentamentos dos sem-terras, na busca de conquistarem um pedaço de terra.

Já a agricultura tradicional propõe a utilização de recursos provenientes da natureza. De certa forma, esse tipo de cultivo passou a ser substituído pela utilização de insumos e equipamentos. Atualmente, tenta-se conciliar o uso de tecnologias com proteção ambiental. Busca-se incutir no agricultor, o uso de recursos com participação de máquinas que lhe facilitem o trabalho.

Nos últimos anos, no município de Nova Palma, tem-se procurado desenvolver nos agricultores a preocupação ecológica. Como consequência disso, surgem novas formas de cultivo, como é o caso do plantio direto.

O plantio direto possui três características básicas. Uma delas é a semeadura sobre restos de culturas, sem a destruição ou incorporação do solo; outra é a não movimentação do solo, exceto nos sulcos onde ocorre o plantio e por último, o emprego de herbicidas no controle de plantas daninhas, apesar dos inconvenientes ecológicos.

Tal sistema propõe o controle de erosão, a conservação do solo, a economia de combustíveis e outros derivados do petróleo, a redução do uso de insumos, a maior produtividade e o impedimento do ciclo de pragas e plantas daninhas.

Entre as vantagens do sistema destacam-se: o controle da erosão; a conservação da umidade do solo e a economia em adubos fosfatados, além da diminuição, a longo prazo, da utilização de herbicidas. Dentre os fatores que mais impedem a adoção do sistema é a falta de capital, principalmente por parte dos pequenos agricultores, na aquisição da semeadeira para o plantio. Algumas alternativas estão surgindo como a compra da semeadeira em grupos de produtores, o pagamento na realização dos primeiros plantios à produtores que possuem as semeadeiras ou a adaptação dos equipamentos básicos em semeadeiras convencionais.

Para a sua implantação, o plantio direto tem como principais requisitos o sistema adequado de rotação de culturas, os equipamentos (semeadeira, trator de 80 a 110 HP,

pulverizador e colheitadeira com picador de palha), a estrutura de conservação do solo, a eliminação de camadas compactadas, a eliminação de sulcos de erosão, a produção de cobertura morta e a eliminação de plantas daninhas por processo natural, químico ou mecânico. É um sistema de plantio, que proporciona a sustentabilidade agrícola, onde se mantém no solo, todos ou quase todos os aspectos químicos e biológicos entre uma e outra produção.

Visando bem organizar e administrar a propriedade, o agricultor deve planejar o uso de recursos. O planejamento, propõe assim, difundir tecnologias gerências ao produtor, assistência gerencial e econômica ao agricultor e a formação econômica e administrativa do agricultor. (LIMA,1995)

Nessa perspectiva, os técnicos da EMATER, cooperativa e Prefeitura municipal são de fundamental importância.

Propõe-se com o planejamento racional da propriedade, contabilizar gastos, ganhos e montar um "croquis" das propriedades, distribuindo solos, áreas de cultivos, poteiros, pomares, área para reflorestamentos e florestamentos, instalações e limitações à produção.

4. CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE NOVA PALMA

4.1. Características Históricas

Os primeiros moradores de Nova Palma, eram provenientes da sede da Ex-quarta Colônia de imigração italiana no Rio Grande do Sul, localizada em Silveira Martins. Fixaram-se em 1º de junho de 1884 e colonizaram o município até 1889, na República. Nova Palma é um dos núcleos limítrofes a sede colonial de Silveira Martins, que se formou em terras devolutas do Governo Provincial. Como outros municípios da Ex-4ª Colônia, se emancipou como distrito. Após o desmembramento da Colônia de Silveira Martins, em 1886, tornando-se essa, pertencente ao município de Júlio de Castilhos, Cachoeira do Sul e Santa Maria. Nova

Palma ficou, então, pertencente ao município de Júlio de Castilhos, como 5º distrito deste. Tornou-se município em 29 de setembro de 1960.

A maioria dos colonizadores de Nova Palma eram da região do Vêneto, da Itália. Foi grande produtor de trigo desde a colonização e teve como primeiro nome a denominação de Barracão, devido a primeira habitação coletiva dos imigrantes. Também foi chamada de Soturno, pelo fato do rio que passa próximo a sede do município possuir este nome. Finalmente, foi dado o nome de Palma de acordo com a cidade de Palma na Itália, antecedido pelo adjetivo nova.

Os primeiros povoados que se formaram foram: Linha Sete (atual vila Cruz), Linha 11 (atual Pinhalzinho), Novo Paraíso e Linha Base (atual São Francisco).

4.2. Características Físicas

O município em estudo, pertence a Microrregião Homogênea de Restinga Seca, - MRH 319, englobando nove municípios: Formigueiro, Restinga Seca, Faxinal do Soturno, Nova Palma, São João do Polêsine, Dona Francisca, Agudo, Ivorá e Silveira Martins, com uma população total de 64.857 habitantes e está localizada na Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense, número 3. Situa-se na encosta inferior do Planalto Meridional Brasileiro, entre o Tópo, a Escarpa e a Depressão Central. Sua formação Geológica define-se por camadas de depósitos de basaltos intercalados de arenito Botucatu. Existem variações na altitude que vão desde 535 metros no Tópo do Planalto até 134 metros na Depressão Central. O município possui 3% de áreas planas, 32% de relevo ondulado e 65% constituído de morros situados na área da Escarpa do Planalto propriamente dito. (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Palma,1995)

O clima é subtropical com índices pluviométricos entre 1200 a 1800 mm anuais. A área total do município é de 342,4 km², sendo os limites municipais os seguintes: norte: Pinhal Grande e Júlio de Castilhos; sul: Faxinal do Soturno e Dona Francisca; leste: Agudo e Ibarama e a oeste: Ivorá e Júlio de Castilhos. (EMATER de Nova Palma, 1995)

Os principais rios são o Jacuí e o seu afluente da margem direita, o rio Soturno.

4.3. Características Humanas

Nova Palma possui uma população de 6.179 habitantes, distribuídos em 3.979 habitantes na zona rural e 2.200 na área urbana. O município possui EMATER, Cooperativa e Sindicato dos trabalhadores rurais com 569 sócios no sindicato e 865 na Cooperativa mista Nova Palma Ltda - CAMNPAL -. No quadro 1 observa-se o número de propriedades com a respectiva área.

Quadro 1 - Número de propriedades rurais do município de Nova Palma com a respectiva área.

ÁREA (Ha.)	NÚMERO DE PROPRIEDADES
0-10	471
11-50	656
51-100	93
101-200	16
201-500	7
Mais de 500	1

Fonte: Secretaria Municipal de Nova Palma, 1995.

Organização: Mário Zasso Marin

O módulo rural no município, equivale a 20 hectares e, em ordem decrescente de produção, destacam-se os seguintes produtos: milho, soja, feijão, fumo, arroz, trigo, mandioca, cana de açúcar e batata inglesa.

O município em estudo, possui na agricultura a principal fonte de sustentação e tem em toda região da 4ª Colônia expressiva representatividade em todos os produtos

comercializados. Possui ainda, uma população em que 85% é descendentes de imigrantes italianos. A maior parte dos agricultores utilizam a própria força de trabalho familiar na realização das atividades agropecuárias. Em área pertencentes a Depressão Central, ao Sul do município, planta-se arroz em porções de várzeas. Cerca de 90% do número de propriedades rurais são de até 50 hectares. A produção pecuarista é distribuída em, bovino de corte, ovino e bovino/leite. Esta em fase final de asfaltamento a RS 149 que liga o município de Nova Palma com outros municípios da região, proporcionando através disto, melhoria nas vias de acesso da população e na própria comercialização agrícola.

5. CONSIDERAÇÕES

Até hoje muitos atribuem ao imigrante italiano a culpa do intenso desmatamento ocorrido na região florestal do Rio Grande do Sul. Contudo, cabe lembrar as dificuldades encontradas pelos primeiros pioneiros que, instigados pelas necessidades de sobrevivência e maravilhados pela quantidade de madeira, fertilidade abundante do solo e pela quantia de terras que recebiam, em média 25 hectares, viam no corte da mata, a melhor e única maneira, de possuírem madeira para as suas construções e para prepararem a terra para o plantio.

Utilizaram a fertilidade natural da terra por muitos anos. A natureza lhes fornecia o bastante para viverem com dignidade. A necessidade de novas áreas de cultivo tornou os desmatamentos mais frequentes. As décadas de 50, 60 e 70, foram precursoras para a implantação, nas pequenas propriedades, de novos métodos de cultivo através de uso de insumos e de implementos agrícolas. Os insumos, adubos, fertilizantes e herbicidas tornaram-se de uso constante a cada ano de preparo das culturas. As técnicas modernas utilizadas, mas que acabaram agravando as condições do solo, eram discriminadas em todo o Rio Grande do Sul.

Os problemas como: degradação do solo, desmatamento, erosão, perda da fertilidade, descapitalização dos produtores rurais, empobrecimento dos produtores rurais e poluição química, começaram a se tornar evidentes em muitas área do Estado. Outrora produtor de grãos para o abastecimento interno e considerado celeiro do Brasil, o Rio Grande

do Sul entra na década de 70 em uma fase agroindustrial exportadora e monocultora de produção do conhecido binômio trigo-soja.

As respostas da natureza começaram a ser mais evidentes e foi possível perceber que as origens coloniais haviam sido esquecidas. A produção agrícola estava, e ainda está, dependente das indústrias transnacionais. A produção é obtida a base de intensivo uso de insumos químicos.

O agricultor precisa repensar e proteger sua propriedade rural. Organizar sua produção para manter sua família. Conservar a terra dependendo, o mínimo do mercado, isto é, utilizar os recursos que a propriedade dispõe no processo produtivo de sua lavoura. Há que se implantar o planejamento da propriedade rural, a fim de obter bons resultados, sem destruição das condições naturais do meio ambiente. (BRUM, 1987)

Como resultado, considera-se que existe uma preocupação dos agricultores e dos órgãos responsáveis pela assistência ao produtor. Isto tem se constituído em um modificador das ações no setor rural, gerando relações mais harmônicas com as formas do meio natural. Contudo, é necessário maior incentivo as técnicas e pesquisas voltadas para dinamizar a sustentabilidade no setor rural do município de Nova Palma.

As palestras, reuniões e programas de rádio transmitindo técnicas conservacionistas são, no momento, a melhor forma de manter os técnicos em contato com os produtores rurais.

O subsídio do transporte do calcário pela Prefeitura municipal e o uso da técnica de plantio direto, é apenas o início do que pode ser feito para recuperar a fertilidade do solo e de continuar produzindo com eficiência.

6. BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, T. de. **Italianos e Gaúchos. Os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Cátedra. 1982. 319 p.

BONI, L. A. de & COSTA, R. **Os Italianos do Rio Grande do Sul.** 2ª Ed., Porto Alegre: Vozes, 1982. 244p.

BRUM, A.J. **Modernização da Agricultura:** Trigo e Soja. Petrópolis: Vozes, 1988. 195 p.

Centenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul. **A Razão.** Santa Maria, 28 de setembro de 1975. Caderno Especial. p. 5 - 43.

DIÉGUES JR., M. **Imigração, Urbanização e Industrialização.** Estudos sobre alguns aspectos da contribuição cultural do Imigrante no Brasil. São Paulo: CBPE, Vol. 5, 1964.

Encontro Latino Americano Sobre Plantio Direto na Pequena Propriedade. ANAIS, Ponta Grossa: IAPAR, 1993. 428 p.

FANCELLI, A. M. TORRADO, V. P. & MACHADO, J. **Atualização em Plantio Direto.** Campinas: Fundação CARGIL, 1985. 343 p.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **A Agricultura do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: FEE, 1980. p. 3-15.

GUIMARÃES, A.P. **A Crise Agrária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.13 - 65.

LANDO, A. M.(org.). **RS: Imigração & colonização.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. 95 p. (Série Documenta, 4)

LIMA, A. J. P. de. et al. **Administração da Unidade de Produção Familiar: Modalidades de Trabalho com Agricultores.** Ijuí: UNIJUI, 1995. 176 p.

LUTZEMBERGER, J. et. al. **Política e Meio Ambiente.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. 116 p.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul.** 5ª Ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990. p.10-15. (Série Revisão,1)

PRADO JR, C. **A Questão Agrária no Brasil.** 3ª Ed., São Paulo: Brasilienses, 1981. 173 p.

ROSSATO, A. B. **Influência de uma Cooperativa Sobre o Espaço Produtivo de uma Região: O Caso de Nova Palma-RS.** Santa Maria: Departamento de Geociências, UFSM, 1993. (Trabalho de Graduação)

SANTIN, S. & ISAIAS, A. **Silveira Martins: Patrimônio Histórico e Cultural.** Porto Alegre, Escola Superior de Teologia, Porto Alegre: 1990. 96 p.

SANTOS, J. Q. **Rio Grande do Sul. Aspectos da História.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989. p. 05-20.

SPONCHIADO, L. **Ánagrafe de Nova Palma e os Núcleos da Ex-Colônia de Silveira Martins.** IN: BONI, L. de (Org.) et. al. **A Presença Italiana no Brasil.** Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, Vol III, 1996. 151 p.